

Intervenção de Abertura do Seminário

Amândio Torres, Presidente da AFN e Ponto Focal Nacional da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação

Exmos.

Podemos organizar este seminário em parceria com Embaixada de Espanha em Lisboa, através do Conselheiro para o Ambiente e Meios Rural e Marinho, da Delegação da Comunidade da Extremadura em Lisboa, representada pela respectiva Directora, e com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, através do seu Presidente, é naturalmente motivo de satisfação por podermos aglutinar tão ilustres e interessadas personagens para um debate de ideias sobre matérias tão importantes para o desenvolvimento dos nossos territórios, unidos e quase como um, só pela história que lhes está associada.

E, nestas questões de desenvolvimento local e regional em regiões muito deprimidas pelo castigar dos tempos e das práticas políticas ao longo de muitos anos, diversas questões se podem colocar e muitas e variadas conjecturas podem ser formuladas.

No entanto, e talvez porque as minhas raízes adoptivas pouco ou nada têm a ver com as grandes urbes, sinto que muitas vezes somos colectivamente levados a olhar para o tema do desenvolvimento local com alguma atitude paternalista e a curiosidade de quem observa lenta e gradualmente algo desconhecido e por essa razão misterioso.

E aqui reside um dos grandes problemas. Isto é a forma como cada um de nós está programado cultural, pessoal e profissionalmente

para abordar as questões do desenvolvimento local em lógicas que nada tenham a ver com matrizes tecnocratas, comandos e lideranças remotas, sensibilidades políticas construídas com base em Memorandos frios e desprovidos de experiência e ausentes do sentir e pulsar das populações que muitas vezes são as residuais e as resistentes de processos de descaracterização económica e social terrivelmente avassaladores.

No ano de 2010 entendemos como pertinente desenvolver um conjunto de iniciativas visando a demonstração de boas práticas, casos de sucesso e troca de experiências e conhecimento de modo a gradualmente eliminar a redundância de acções e evidenciar o que de bom se vai fazendo por aqui e avançar no início de 2011 com a presente iniciativa com o objectivo de recuperar experiências e reunir representantes institucionais (Governantes e representantes dos Serviços Centrais e Regionais e das Autarquias), investigadores, especialistas e técnicos, bem como, e muito importante, representantes locais da sociedade civil (GALs, ONGAs, Organizações de Agricultores, Produtores Florestais, Zonas de Caça Ordenada e Recreio de Natureza, entre outros) com potencial de intervenção no âmbito do Abandono Rural e Despovoamento, com um especial olhar sobre situação actual nas zonas raianas de Portugal e Espanha afectadas por desertificação.

Minhas senhoras e meus senhores.

Estas questões do desenvolvimento fazem-se, como antes aflori de forma muito rápida, um conjunto de princípios de actuação fundamentais para o sucesso.

Primeiro como os **pés na aterra** que significa estar perto dos problemas e com pensamento ajustado à realidades em presença e não imbuído de ideias megalómanas e por isso desajustadas.

Segundo **afastados de princípios tecnocratas** e de conceitos de escala na produção mas focalizar a organização e aí sim o efeito de escala nos processos de promoção e comercialização de produtos regionais.

Aplicar ao processo o antigo ditado de que **os caminhos para chegar aos amigos não podem criar erva** o que significa o imperativo de confluir em permanência a acção de todas as entidades e pessoas em torno de projectos comuns consolidando uma rede integrador e interactiva. E muito importante **também com criatividade**, não os percorrer sempre da mesma forma sob pena de termos sempre os mesmos resultados.

As autarquias olharem para o território como espaço de aptidão silvestre e orientar os seus PDM como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e não como a primeira geração (anos 80) destes instrumentos que surgiram para resolver, mal e tardiamente os problemas resultantes do crescimento urbano e do desenvolvimento não harmónico do nosso pequeno território. À Administração central deverá procurar estar próxima, dispor de sistema de apoio de instrumentos financeiros ajustados e fundamentalmente desempenhar uma função de facilitadora de processos.

Estamos efectivamente noutra era. Temos 60 % do território ocupado com espaços silvestres/ naturais, 6 milhões de hectares e terá de ser nesse caldo de cultura que teremos de manter e

desenvolver o que ainda resta da população que todos os dias cria melhor ambiente, mantém a paisagem rural, fixa carbono com a sua actividade rural e garante a qualidade da água bebemos.

Por isso meus senhores há que banir em definitivo as abordagens tecnocratas ao desenvolvimento local e regional, mas assumir riscos e apoiar as iniciativas locais de criação de valor, promover a mão-de-obra e bens endógenos “decorando-os” com as emblemáticas e apelativas características da tradição plenos na maioria dos casos de um imenso respeito pela qualidade de vida e riqueza ambiental a ele inerentes. Por isso sustentáveis.

Bem hajam e votos de uma excelente jornada de trabalho.